

As duas dimensões da teoria da história de David Hume

The two dimensions of David
Hume's historical theory

Las dos dimensiones de la teoría
de la historia de David Hume

Pedro Eduardo Silva¹

Resumo: O presente artigo aponta a existência de duas dimensões complementares, porém distintas, da história no pensamento do filósofo e historiador escocês setecentista David Hume. A primeira delas abarca o entendimento da história como forma de conhecimento imparcial, justificado e sistematicamente organizado sobre o passado, cujos procedimentos e técnicas foram amplamente teorizados por Hume ao longo de sua carreira. A segunda é a história como processo histórico, isto é, como uma totalidade abarcadora de todos os eventos e agentes do passado. Esta seria dotada de um padrão organizador e de um sentido que, após desvelado e explicado, permitiria ao historiador algum grau de especulações e projeções sobre o futuro. Na construção da análise, fazem-se referências às principais considerações sobre a história em obras de Hume produzidas entre meados da década de 1730 e o início dos anos 1760. Dentre os textos privilegiados em nosso exame, destacam-se o *Tratado da Natureza Humana*, alguns dos *Ensaios*, as duas *Investigações* e a *História da Inglaterra*.

Palavras-chave: David Hume; teoria da história; filosofia da história; historiografia anglo-saxã; iluminismo.

Abstract: This article points out two complementary but distinct ways of understanding history in David Hume's thinking. The first refers to history as an impartial, justified and systematically organized form of knowledge about the past, and Hume widely theorized its procedures and techniques throughout his career. The second comprises history as a process—as a totality encompassing all events and agents of the past—that would be endowed with an organizing pattern and a meaning that, after being revealed and explained, would allow the historian some degree of speculation and projections about the future. In constructing our analysis, we make references to the main considerations about history in Hume's works produced between the mid-1730s and the beginning of the 1760s. They are the *Treatise of Human Nature*, some of the *Essays*, the first and second *Enquiries*, and the *History of England*.

Keywords: David Hume; historical theory; philosophy of history; Anglo-Saxon historiography; Enlightenment.

David Hume foi um dos teóricos escoceses mais polivalentes do século XVIII. Suas densas e refinadas considerações sobre filosofia, história, religião, economia, política e sociedade são, até hoje, objeto de curiosidade e pesquisa nas mais variadas áreas do conhecimento. Jovem, aos 18 anos, em 1729, Hume alegou ter experimentado uma crise cética, por meio da qual presumiu o descortino daquilo que chamou de “uma nova dimensão do pensamento”² (Hume, 1954, p. 13). Gerações de estudiosos têm se dedicado a analisar cadernos, cartas e manuscritos do autor e tendem a concordar que suas suposições se ligavam a um conhecimento elevado de teorias céticas sobre a causalidade, especialmente dos experimentos de Pierre Bayle (Popkin, 1999, p. 454). Em muitos dos cadernos de Hume da década de 1720, abundam citações dos escritos de Bayle às quais se mesclam comentários pessoais do escocês. Foi, portanto, no final dos anos 1720 e no início da década seguinte que Hume começou a trabalhar em escritos mais longos, dentre os quais estão alguns ensaios e esboços do que em seguida viria a ser seu *Tratado da Natureza Humana* (Popkin, 1999, p. 455).

Trabalhos biográficos de referência tendem a concordar que o processo de escrita do *Tratado* teve como inflexão o ano de 1734, quando Hume cruzou o Canal da Mancha e se isolou na pequena cidade de La Flèche, localizada no vale do Loire, na província de Anjou, a aproximadamente 250 quilômetros de Paris (Harris, 2015, p. 79-84; Mossner, 1980, p. 99). Cartas trocadas entre Hume e o escritor escocês radicado na França, Andrew Michael Ramsay — o Chevalier Ramsay —, revelam que a decisão de se isolar no continente foi discutida e tomada entre 1727 e 1734, período em que os amigos se corresponderam, não somente para dirigir comentários críticos àquilo que o outro escrevia, mas também para trocar traduções de textos — usualmente franceses — que lhes interessavam (Hume, 1954, p. 9-12, 19-21; Wright, 2003). Nota-se que tais correspondências sinalizam que Ramsay foi uma das primeiras pessoas a ter conhecimento dos estudos de Hume sobre as ideias de Bayle, teorias da causalidade e formas de pensamento cético.

De todo modo, a ida à França teve uma tripla função para o autor do *Tratado*. Primeiramente, serviu de oportunidade para uma breve visita ao amigo, em Paris. Em segundo lugar, Hume entendia que um retiro no interior lhe ofereceria a concentração e a serenidade necessárias para conduzir os experimentos mentais e as densas reflexões que ele ambicionava realizar para compor a sua

ampla ciência do homem, posteriormente proposta nos três livros do *Tratado* (Hume, 1954, p. 19). Por último, La Flèche, apesar de uma pequena cidade com apenas cinco mil habitantes na década de 1730, abrigava o Collège Henri-IV de La Flèche, prestigiado colégio jesuíta que, fundado em 1603 por Henrique IV — rei da França entre 1589 e 1610 —, foi a *alma mater* de René Descartes (Edelstein, 2010, p. 106). Foi nessa cena intelectual, com livre acesso à biblioteca do Colégio, que Hume redigiu a maior parte de seu primeiro trabalho de fôlego.

O reconhecimento da verdadeira relevância da estadia de Hume em La Flèche para seu desenvolvimento intelectual se deu tardiamente, somente na década de 2010, quando Dario Perinetti (2018) descobriu um manuscrito de 1777, que continha um catálogo do repositório da biblioteca do Colégio na década de 1730. Para Perinetti (2018, p. 47-48), a centralidade de La Flèche no pensamento humeano deriva da percepção de que foi lá que Hume aprofundou seu conhecimento superficial de parte das ideias de Antoine Arnauld e Pierre Nicole, especialmente as contidas na *Lógica de Port-Royal*, publicada em 1662. As considerações de Arnauld e Nicole sobre lógica, história, arqueologia e linguística, encontradas não somente na *Lógica*, mas também nas *Mémoires de L'Academie des inscriptions et belles lettres*, foram fundamentais para modelar a postura filosófica de Hume perante o ceticismo, a filosofia e a história (Faria, 2021b, p. 2-6). Essa “conexão francesa”, a qual reflete uma maior e mais longa tradição da entente franco-escocesa, foi indispensável à configuração assumida pelos textos de Hume nos anos subsequentes à estada na França (Edelstein, 2010, p. 107).

Publicado sob anonimato entre 1739 e 1740, o *Tratado* foi um dos primeiros escritos de Hume que se preocuparam com os estudos históricos. Ainda que não tenha sido essencialmente um trabalho de história, foi fruto de um esforço intenso e bem-sucedido de historicização da natureza humana, que inclui seus comportamentos, paixões e instituições. Apesar de seu insucesso editorial, algo do qual Hume (1954, p. 3) se lamentou pouco antes de sua morte, o texto serviu de alicerce às formas céticas, empíricas e secularizadas de investigação, conduzidas por ele a partir da década de 1740. De acordo com Nicholas Phillipson (2011, p. 34-36), o *Tratado* triunfou em, na primeira metade do século XVIII, separar os estudos da natureza humana da teologia e aproximá-los da história. Para mais, a indispensabilidade do *Tratado* para as sistematizações de Hume sobre o conhecimento histórico faz-se visível na intenção, declarada pelo autor na seção introdutória do texto, de desenvolver um sistema completo das

ciências por meio da aplicação do método experimental a todos os assuntos morais, dentre eles a história (Hume, 2007, p. 4). Segundo Hume (2007, p. 5), era no universo da história que se podiam observar diferentes aspectos da vida humana, em especial o comportamento individual e social dos homens. Era portanto na história que se coletavam os materiais indispensáveis aos argumentos, experimentos e comparações que seriam, em sequência, utilizados na vasta ciência do homem que o filósofo propunha.

O que Hume almejava com sua ciência assemelha-se ao que René Descartes (1997) ambicionou, no século anterior, para sua filosofia. Assim como o filósofo francês intentou desenvolver uma base comum a tudo o que a mente humana é capaz de saber, o escocês (Hume, 2007, p. 51) objetivou encontrar uma fundação única para a totalidade daquilo que conseguimos compreender, exceto aritmética e geometria. Hume e Descartes ansiavam responder àquilo que entendiam como a imperfeição da ciência; ou seja, a impossibilidade de se explicar tudo o que não era matemática por um único método. Entretanto, o método humeano abria espaço para inferências acerca da experiência do passado. Isso, segundo Hume (2007, p. 409-410), servia de firmamento para toda a nossa crença na história. De fato, é em tal aspecto que o pensamento do escocês diverge do francês, já que este último não se empenhou em teorizar sobre a história. Isso se dá fundamentalmente porque o método cartesiano concedeu pouca atenção à experiência, de forma geral; vale notar que foi Descartes (1997, p. 32) quem disse, em seus *Princípios da Filosofia*, que a experiência comumente contradiz aquilo que ele queria explicar. Já na abordagem humeana essa é uma noção pivotal (Hume, 2007, p. 410). Seu raciocínio metódico propõe inferências a partir daquilo que experienciamos; e o passado, histórico ou não, é um repositório dessas experiências (Hume, 2007, p. 58). Foi a partir dessa constatação que Hume organizou suas reflexões subsequentes sobre a história, encontradas em seções das duas *Investigações*, em parte dos *Ensaio*s e, principalmente, na *História da Inglaterra*.

No tocante aos *Ensaio*s, eles foram a principal empreitada de Hume na década de 1740 e nos dois primeiros anos do decênio seguinte. Publicados em separado em 1741, 1742, 1747 e 1752, e, alvo de uma recepção mista, muitos deles foram responsáveis pela estruturação de uma ciência humeana da política. Tais escritos propunham chaves de compreensão e análise — com frequência históricas — de aspectos constitucionais, econômicos e políticos da Grã-Bretanha (Spencer, 2018, p. 241-244). Foi em alguns de seus *Ensaio*s que Hume demonstrou como seu

método e conjunto de inferências causais, teorizados no *Tratado*, aplicavam-se à história e a assuntos morais afins. Um bom exemplo está em *Of the Balance of Trade*, publicado em 1752, como parte dos *Political Discourses*. Sistematizador da atividade do mecanismo monetário fluxo-espécie-preço, *Balance of Trade* defende que, dentre as implicações causalmente dedutíveis da estipulação de impostos a produtos estrangeiros, está o fato de que os consumidores sempre pagarão a mais por esses itens. Isso ocorreria porque, sem temor da competição internacional, fabricantes ou produtores domésticos elevariam seus preços no mercado interno (Hume, 1987, p. 308). Chama atenção em *Balance of Trade* que Hume chega a essa conclusão raciocinando historicamente. Evocando experiências tão distantes no tempo quanto a criminalização da exportação de figo na Grécia Antiga, os atos parlamentares durante o reinado de Eduardo III (r. 1327-77) e o protecionismo francês de Luís XV (r. 1715-74), o filósofo escocês concedeu, em sua operação explicativa, centralidade à experiência pregressa, por ele entendida como histórica em vista de sua dimensão exemplar (Hume, 1987, p. 308–309).

Contudo, foi em *Of the Study of History*, de 1741, que Hume articulou em um único texto um conjunto de ponderações as quais indicam parte de sua percepção das funções do conhecimento histórico para a humanidade. Primeiramente, a história instruíra; e suas dimensões exemplar e estético-pedagógica concediam-lhe valor e relevância (Hume, 1987, p. 566). Consonante com outros historiadores da primeira metade do século XVIII como, por exemplo, Rapin-Thoyras, Hume (1987, p. 563) reforça a dimensão *magistra vitae* da história e a recomenda por ensinar diferentes verdades, dentre elas aquelas sobre as paixões que governam a vida. Um repositório dos assuntos humanos, o conhecimento histórico era, para Hume (1987, p. 567), um reforço ao cultivo das virtudes, com historiadores tendo sido, desde a Antiguidade, os “verdadeiros amigos” delas. Eram os pesquisadores e escritores de história os que tinham, até então, representado as virtudes corretamente, ainda que possam ter cometido equívocos em seus julgamentos de certos eventos e personalidades históricas. Depreende-se de Hume que a natureza da pesquisa e da apresentação históricas as transformavam no meio ideal para análises ponderadas e imparciais, supostamente situando os objetos em seus “verdadeiros pontos de vista” (Hume, 1987, p. 568).

O modelo exemplar de justificação da historiografia, defendido em *Of the Study of History* e aplicado em *Balance of Trade*, foi central à composição da *História da Inglaterra*. Publicada entre 1754 e 1762, a *História* é o trabalho por meio do

qual Hume historicizou — ou demonstrou com uma infinidade de exemplos históricos — considerações anteriores sobre assuntos diversos, dentre eles aspectos da natureza humana. Foi na *História* que Hume tentou reconstituir as situações políticas, sociais, culturais e econômicas que explicavam por que certos padrões de costumes, comportamentos e crenças perduraram nas sociedades que habitaram a ilha Grã-Bretanha, desde pelo menos a chegada dos Romanos, liderados por César, em 55 a.C. (Hume, 1983a, p. 6-7). Assim, Hume foi pioneiro, no século XVIII, nas análises e explicações históricas que concederam atenção igualmente detalhada às duas grandes categorias metafísicas nas quais estão comportados os principais conteúdos da historiografia: os eventos, isto é, as ações, as formas de pensamento e os processos de longa duração; e os existentes, ou seja, os personagens e seus caracteres, as estruturas sociais, as teias simbólicas e as condições parcial ou totalmente não humanas presentes nas histórias (Assis, 2023, p. 9). Sua *História da Inglaterra*, pensada para ser concomitantemente instrutiva e interessante (Hume, 1983a, p. 3), didática e mimese (Phillips, 2000, p. 38-40), tornou-se um dos trabalhos representativos da história filosófica, um dos gêneros históricos gestados na época do múltiplo e transnacional projeto intelectual e político que ficou conhecido como Iluminismo (Araújo; Duarte, 2024, p. 516-519; Pittock, 2010, p. 264-267).³

De todo modo, apoiar-se em experiências do passado entendidas como exemplares para elaborar categorias expandidas de explicação causal não foi algo que Hume inventou. Em realidade, essa era uma característica distintiva de parte da historiografia de muitas tradições europeias ocidentais em meados do século XVIII (Reill, 1975, p. 137-147). Ou seja, tanto Hume quanto outros historiadores europeus setecentistas poderiam concluir com a mesma sofisticação argumentativa — como o escocês fez em *Of Commerce* (1752) — que o clima era a principal causa da pobreza, da volatilidade governamental e da indisciplina militar em regiões não temperadas (Hume, 1987, p. 266-267). Algo semelhante aconteceu em *Of Taxes* (1752) quando Hume, em concordância com o historiador e ensaísta seiscentista William Temple, constatou que a causa principal da industriabilidade da população dos Países Baixos fora a sua desvantagem territorial natural (Hume, 1987, p. 344-345). Nesse caso, o pouco solo arável e a dificuldade do cultivo foram centrais para a construção de uma personalidade coletiva laboriosa, a base para uma sociedade comercial ideal. Por isso, neerlandeses, diferentemente de irlandeses — com suas vastas terras cultiváveis —, não se tornaram naturalmente preguiçosos; eles foram condicionados a preferir o trabalho à tranquilidade (Hume, 1987, p. 344).

Entretanto, se a explicação por padrões de causalidade expandidos não foi uma inovação humeana, a associação desse modelo a um procedimento original de crítica das fontes foi indubitavelmente um dos principais méritos do Hume historiador. Jamais sistematizada em um único texto, o ensaio *Of the Populousness of the Ancient Nations* (1752) serve como o melhor trabalho para a reconstituição da operação de crítica textual empregada por Hume para inferir conexões causais em suas pesquisas, especialmente nos momentos em que realizava investigações filológicas. Foi *Populousness* que salientou a crucialidade da reconstituição de relações causais no passado durante a análise da evidência histórica (Hume, 1987, p. 380). As pesquisas para sua composição se deram entre 1749 e 1751, e o ensaio é produto de um estudo intenso de um amplo espectro de autores canônicos e não canônicos, em sua maioria historiadores e biógrafos da Antiguidade greco-latina (Baumstark, 2010, p. 65-67). Foi também em *Populousness* que Hume propôs uma diferenciação entre a apreciação de fatos e causas, a qual se tornou uma característica distintiva do seu trabalho de historiador desse momento em diante (Faria, 2021a, p. 149). Segundo Moritz Baumstark (2007, 2010), que conduziu um rigoroso estudo das fases de pesquisa e apresentação de *Populousness*, os argumentos do ensaio — apesar de se assemelharem a outros escritos de Hume de economia política — apoiam-se, pela primeira vez, mais em pesquisa histórica do que em conjecturas filosóficas (Baumstark, 2007, p. 79).

Em relação à distinção inédita de Hume de uma investigação preocupada com fatos e outra voltada para a busca das causas (Hume, 1987, p. 381), é essencial destacar que ele não via os dois procedimentos como polos opostos, mas sim como operações que deveriam se misturar no juízo sobre a evidência histórica (Hume, 1987, p. 381)⁴. Esse senso de complementaridade se torna visível quando se entende que, na perspectiva humeana, uma investigação preocupada com fatos objetiva mapear a existência de evidência que permita afirmar se um fato é ou não histórico. Já a inquirição focalizada nas causas entra em cena quando a veracidade do fato entendido como histórico não pode ser confirmada pela evidência disponível. Nesse caso, um rigoroso trabalho inferencial precisa ser feito; ou seja, necessita-se pôr em prática a dedução inferencial de causas (Baumstark, 2007, p. 79-80). Em *Populousness*, Hume se utiliza desse expediente, amplamente empregado posteriormente em sua *História da Inglaterra*, para provar a hipótese de que a Antiguidade era muito menos povoada do que usualmente se acreditava no século XVIII (Faria, 2021a, p. 155).

Quando se olha para a carreira de Hume em sua totalidade, reitera-se a percepção há pouco mencionada de que ele foi um dos vários intelectuais multivalentes europeus dos séculos XVIII e XIX (Hicks, 1996, p. 13). Tendo flertado com diferentes gêneros da escrita — de curtos ensaios a longos tratados —, desde a década de 1740, Hume se percebia habilitado para escrever uma extensa história da Grã-Bretanha (Phillips, 2013, p. 63). Segundo Stefan Berger (2011, p. 228-230), na passagem da época moderna para a contemporânea, era de intelectuais versáteis e com experiência em outros tipos de prosa que se esperava a composição de uma abrangente história de um povo, um território ou ambos. Ao encontro do percebido por Berger, estudos recentes indicam que essa mesma expectativa se direcionou a Paul Rapin Thoyras, no século XVIII (Franchina, 2021), e a Alexandre Herculano, no XIX (Assis, 2020); ambos sendo apenas dois dos muitos exemplos que se poderia elencar aqui. No que diz respeito à leitura que Hume fazia da sua potencial popularidade como historiador, em uma carta a um correspondente, ele verbalizou o seguinte diagnóstico sobre a situação do gênero histórico na Inglaterra em meados dos anos 1700:

Você sabe que não há posto de honra mais vago no Parnaso inglês do que aquele da História. Estilo, judiciosidade, imparcialidade, cuidado — é isso que se quer de nossos historiadores; e nos mais recentes, mesmo em Rapin, esses aspectos se fazem extremamente deficientes (Hume, 1983a, p. 6, tradução nossa).⁵

É substancial evidenciar que essa citação encapsula aspectos importantes das motivações para a principal empreitada histórica de Hume e o colossal trabalho que monopolizou mais de uma década de sua vida: a *História da Inglaterra*. Publicada originalmente em seis volumes, a *História* foi o texto que permitiu ao historiador escocês alcançar um número grande de leitores, reputando-lhe ampla fama literária a partir da primeira metade dos anos 1760 (Phillips, 2000, p. 8, 35-36; Towsey, 2019, p. 7-8)⁶. Inicialmente, o projeto almejava abordar a história da Grã-Bretanha da União das Coroas, em 1603, à sucessão hanoveriana, em 1714. Todavia, por pressão de editores e sugestão de amigos, o empreendimento se ampliou e virou, a partir de 1756, uma *História da Inglaterra: da Invasão de Júlio César à Revolução de 1688* (Baumstark, 2007, p. 143-144). Ainda que uma parte da literatura especializada sobre Hume atribua quase exclusivamente a um desejo de compensação por seu fracasso editorial como filósofo e ensaísta à escrita da *História da Inglaterra* (Phillipson, 2011, p. 52-53), o argumento construído neste artigo sinaliza um crescente e duradouro interesse pela história antes da década

de 1750, quando Hume começou a se dedicar exaustiva e quase exclusivamente ao trabalho de pesquisa e escrita da *História*.⁷

Alvo de mais de duas mil revisões, conduzidas ou aprovadas por Hume entre 1763 e 1776 (Holthoon, 1997, p. 137), a *História* foi gestada com pelo menos duas intenções. A primeira era oferecer a leitores escoceses e ingleses algo que Hume acreditava não ser possível encontrar nas prateleiras de bibliotecas e livrarias da Grã-Bretanha: uma ampla, completa e eloquente história filosófica da Inglaterra (Hicks, 1996, p. 29-36)⁸. O estilo inovador de Hume alocou digressões extensas e discussões pormenorizadas nas notas de rodapé, deixando o corpo do texto: para a narração de eventos históricos de amplitude e natureza variadas; a retratação de perfis de figuras por ele consideradas historicamente relevantes; e, comentários históricos sobre uma gama de assuntos tão diversos quanto arte, comércio, cultura, economia, política e numismática. O segundo intuito do autor da *História* era a originalidade interpretativa. Ainda que algumas de suas conclusões sejam importadas de histórias da Inglaterra anteriores, como as de Clarendon (1702-04), Lawrence Echard (1707-20) e Rapin Thoyras (1724-27), o texto de Hume foi escrito em franca oposição a tais trabalhos.⁹

Nesse sentido, Hume esteve entre os primeiros a construir uma interpretação abertamente crítica àquilo que ele entendeu como uma visão fabular da Constituição inglesa (Hume, 1983b, p. 229-240). Em um emprego complexo e nuançado de sua análise supracitada de fatos e causas, ele — mais do que qualquer outro historiador britânico canônico do século XVIII — foi responsável por argumentar em favor da transmutação constante da eficácia da Constituição inglesa ao longo da história (Hume, 1983b, p. 229). A partir das inferências causais que as fontes e os testemunhos lhe permitiam, Hume (1983b, p. 238) foi o primeiro a afirmar que monarcas ingleses jamais gozaram de poderes totalmente absolutos, e isso era um fato historicamente verificável. A tese que ele tentava provar era a de que, em todas as épocas — como comumente acontecia nas instituições humanas —, houve oscilações e mutações no balanço de poder. E isso somente era compreendido quando a interpretação da história não se dava pelos princípios gerais da teoria política, mas por meio de uma análise detalhada do testemunho nas fontes, do que eles revelavam sobre a natureza humana e do que era possível inferir ao longo das etapas do trabalho do historiador (Albieri, 2004, p. 35).

Ainda que as avaliações da história da Constituição inglesa alvitradas por Hume contenham traços hoje entendidos como de parcialidade, elas se fundam sobre uma noção de imparcialidade historiográfica que foi capital à elaboração de numerosas interpretações históricas de Hume. Suas primeiras teorizações sobre o problema da parcialidade aparecem nos parágrafos 8 e 9 da seção 2 do livro 3 de seu *Tratado da Natureza Humana* (Hume, 2007, p. 313-314). Ali, a questão é abordada a partir da constatação de que nós, pela nossa natureza humana, jamais concedemos a mesma atenção a todos os objetos com os quais nossas mentes têm de lidar. A parcialidade é, portanto, comum a todos nós; e, para corrigi-la, temos que imediatamente nos tornarmos conscientes de sua existência e ação. Somente assim poderemos buscar ativamente formas de exame que incorporem outros pontos de vista e se afastem de uma tonificação do egocentrismo (Hume, 2007, p. 314). É fulcral destacar que, na teoria humeana do julgamento moral, o oposto da imparcialidade não é a parcialidade, mas o desinteresse ou a indiferença. Dessa forma, a atitude de imparcialidade deve ser o ponto de partida moral de todo julgamento sobre a realidade, uma constrição consciente de nossa incontornável parcialidade e o reconhecimento de que há uma coleção de coisas às quais somos indiferentes e que precisam ser levadas em consideração se queremos ser justos em nossas apreciações (Damater, 2014, p. 338-342)¹⁰.

Por isso, as mobilizações da linguagem da imparcialidade na *História da Inglaterra* realçam o entendimento do autor de que a noção não equivalia à neutralidade. De maneira diferente, a imparcialidade era uma característica da forma humeana de julgar. Ela era orientada pela censura de excessivo privilégio às suas preferências pessoais e por uma tentativa de justificar aos leitores a qualidade imparcial das avaliações históricas feitas pelo autor, dentre elas as que examinavam a Constituição inglesa. Assim, em toda a obra histórica de Hume, percebem-se aproximações e distanciamentos em relação ao passado narrado; e isso foi um aspecto definidor de sua reputação em vida e póstuma. Por alguns, foi visto por décadas como um *Tory*, já que questionou o argumento da longa duração da legitimidade do poder dos Comuns e condenou a postura destes frente aos primeiros Stuart (Hume, 1983c, p. 531). Para outros, era claramente um *whig*, já que em muitos momentos endossou uma postura antiautoritária e o triunfo da Revolução Gloriosa (Hume, 1983c, p. 531).¹¹

Ainda assim, nota-se que para Hume a verdade histórica não pertencia a *whigs* ou *tories*, visto que sua interpretação da história da Inglaterra como processo se

apresentava na forma de uma explicação da luta de longa duração pelo balanço de poder e que refletia a mutabilidade e instabilidade na natureza humana. Na época em que Hume escrevia, tal combate se anunciava na forma de uma rivalidade entre defensores da monarquia e o Parlamento. Apesar de ser um mestre da representação de figuras históricas, sua imparcialidade historiográfica não era compatível com o reconhecimento da existência de heróis ou vilões na história. Sua preocupação fundamental era com o processo total da história e com como identificar, a partir de seu estudo refletido e metodologicamente orientado do passado, estratégias para o cultivo simultâneo da liberdade individual e da autoridade governamental. Percebe-se, portanto, a partir da publicação dos primeiros volumes da *História*, um reconhecimento explícito da história tanto como forma de conhecimento quanto como processo.

AS DUAS FORMAS DE SE CONCEBER A HISTÓRIA NO PENSAMENTO DE HUME

Apesar de Hume ter sido um dos poucos filósofos que justapuseram à sua obra preponderantemente filosófica um igualmente relevante trabalho de historiador, poucas vezes se falou dele como um teórico da história e há algumas razões presumíveis para isso¹². Primeiramente, existe em parte dos estudos humeanos uma inclinação a pensar a conexão entre filosofia e história nos escritos de Hume como menos expressiva do que ela realmente é. Em segundo lugar, mesmo quando se valorizou a contiguidade entre tais dimensões, raros estudos sinalizaram o fato de que, quando analisadas em conjunto, as elaborações do filósofo e historiador escocês apontam para uma mais ou menos coesa teoria da história e do processo histórico. Exceções são dois trabalhos de Claudia M. Schmidt (2013a, 2013b). Para Schmidt (2013b, p. 136), é devido e legítimo que Hume acompanhe Agostinho, Maquiavel, Hobbes, Vico, Smith, Kant, Herder, Hegel, Comte, Marx, Nietzsche, Dilthey, Heidegger, Collingwood e Hempel na lista dos filósofos que, com interesse notável nos estudos históricos, articularam densas e influentes reflexões teórico-filosóficas sobre a história.

Em segundo lugar, há uma resistência por parte de estudiosos do pensamento histórico de Hume em pensar uma coesão em suas reflexões teóricas sobre a história, já que ele escreveu em um momento anterior à profissionalização da atividade dos historiadores na Europa ocidental, no final do século XVIII e início do XIX. Mesmo assim, teóricos contemporâneos da história, como Jonas Ahlskog (2021, p. 42), corretamente enfatizam que há exceções à tal regra, como Hume e

Ibne Caldune. Nesses casos, perguntas que posteriormente seriam associadas a uma teoria do conhecimento histórico já eram por eles feitas e orientavam suas investigações sobre o passado. Segundo Ahlskog (2021, p. 27-28), tais perguntas seriam: como a história se intersecciona com outras formas do conhecimento? A atividade praticada pelos historiadores é parte ou o todo de uma ciência? Há uma distinção entre o passado e o passado que interessa aos historiadores? Que tipo de imparcialidade ou parcialidade há no que os historiadores explicam? Há leis gerais de explicação na história?

Uma análise detalhada das obras de Hume revela que tais questionamentos o preocupavam desde, pelo menos, meados da década de 1730, quando ele se isolou em La Flèche para compor o *Tratado*. A partir dessa época, torna-se perceptível — embora Hume jamais o coloque em tais termos — que o escocês concebia uma diferença entre a história como curso de eventos, *historia res gestae*, e a história como as histórias contadas sobre o curso dos eventos, *historia rerum gestarum*. E ambas as formas o interessavam. Isso significa que suas teorizações sobre a história se desenvolviam em dois níveis. O primeiro deles, mais visível na *História da Inglaterra* e em alguns *Ensaio*s, diz respeito às elaborações sobre a realidade histórica. Ali, as reflexões se processavam por meio de especulações metafísicas sobre o direcionamento, o enredo e o sentido dos eventos do passado. Assumindo que tal realidade era um processo orgânico e evolucionário que englobava todos os eventos e sujeitos, a preocupação de Hume com o passado se dava na forma do exame de uma totalidade única direcionada a um significado (Paul, 2015, p. 4). Assim, fica claro que há em Hume uma evidente preocupação com o todo do passado. Há ainda espaço para aquilo que Arthur Danto (1985, p. 2) chamou de “o todo da história”¹³. Isso porque as teorizações de Hume sobre o processo histórico procuravam encontrar nele os elementos ordenadores do passado, projetando-os no futuro, alicerçando-os, como colocado na seção anterior, sobre padrões de justificação causal.

Como percebido por Claudia Schmidt (2013b, p. 167-168), a dimensão especulativa da teoria da história de Hume se faz visível na tentativa de teorizar a totalidade do curso da história por meio de uma versão causalmente orientada e empírica da teoria do progresso. Para o historiador escocês, apesar de ocasiões de retrocesso — tais como as Guerras Civas, que marcaram a história da Inglaterra a partir de 1642 por colocarem em oposição “dois nomes tão sagrados na Constituição inglesa como aqueles do Rei e do Parlamento” (Hume, 1983c,

p. 386, tradução nossa)¹⁴, dividindo o povo por meio de animosidades violentas e faccionalismo —, múltiplos elementos da vida tinham melhorado desde a Antiguidade. Tais aperfeiçoamentos eram facilmente notados em diferentes dimensões da atividade humana, dentre elas a política, a economia, a cultura e a intelectualidade. Utilizando exemplos ingleses, o Apêndice III da *História da Inglaterra* propõe uma análise desses avanços na ilha da Grã-Bretanha por volta de 1650 (Hume, 1983c, p. 124-155). Para Hume (1983c, p. 124), a Inglaterra de meados do século XVII era menos arbitrária no exercício do poder Real, possuidora de um sistema prisional mais justo (Hume, 1983c, p. 128), beneficiada pelas consequências de um primeiro refinamento do comércio e das artes (Hume, 1983c, p. 134) e hospedava um poderoso exército para os padrões mundiais da primeira metade do século (Hume, 1983c, p. 140). Mesmo que ainda houvesse ganhos a serem conquistados — especialmente no que dizia respeito à intolerância religiosa (Hume, 1983c, p. 129) e à distribuição da riqueza (1983c, p. 134-135) —, a avaliação do autor é mais positiva do que a encontrada nos Apêndices I e II, os quais tratavam de momentos mais remotos da história inglesa.

Além disso, a dimensão especulativa da teoria é fundamental para o pensamento histórico humeano porque, para ele, as forças propulsoras do progresso e do retrocesso estão diretamente ligadas à natureza humana. Conforme percebido por Schmidt (2013a, p. 407-408, 2013b, p. 168), para Hume, os seres humanos são movidos por um desejo de atividade e de obtenção de bens materiais e sociais, com os quais buscam melhorar as condições de suas vidas, de seus amigos e familiares. Ao mesmo tempo, são essas aspirações que fazem com que, numa sociedade política, entremos em conflito com outros indivíduos e grupos. Para Hume, nossa simpatia é provedora de lealdade, sentimentos morais e judiciosidade; todavia, ela é também o motor dos tipos mais destrutivos de lealdade social, aqueles que culminam em combates políticos, religiosos e territoriais. Nesse sentido, a história, com seu repositório de exemplos e sua função estético-pedagógica, revelaria a seus leitores as circunstâncias históricas nas quais houve progresso e retrocesso, e os instruiria, no presente. Apesar de Schmidt (2013b, p. 169) reconhecer o acima exposto e a relevância do caráter especulativo da teoria da história de Hume, ela (2013b, p. 167) afirma que o historiador não objetivou descobrir, por meio de suas teorizações, um princípio que pudesse ser usado para prever o futuro do curso de eventos. Porém, tal alegação é excessivamente restritiva.

Embora o lado preditivo da abordagem especulativa de Hume sobre a história não seja explicitamente afirmado na *História da Inglaterra* ou nos *Ensaio*s, depreende-se, primordialmente da *História*, que o autor sinalizava consequências futuras e projetava sua teoria do progresso a partir de uma leitura específica do todo do passado. Hume não previu com exatidão o que aconteceria cinquenta ou cem anos após a publicação da sua *História da Inglaterra*, mas indicou abertamente o que poderia acontecer se certas dinâmicas históricas se repetissem, ou se alguns cenários futuros se delineassem. Em especial o volume VI da *História* é repleto desses momentos. Um deles está no Capítulo LXXI, quando Hume critica a possibilidade da dominância futura absoluta de histórias escritas por historiadores *whig*. Para ele, o partido *Whig* foi benéfico para o Estado nos quase setenta anos em que esteve no poder, mas foi terrível para a “verdade da história” (Hume, 1983d, p. 533). Repletas de falsidades grosseiras, as histórias simpáticas ao *whiggismo* suprimiam uma desejável diversidade de narrativas e reproduziam a historiografia de épocas de excessiva reverência ao governo estabelecido, celebrando somente os partidários do poder vigente (Hume, 1983d, p. 533). Hume transmitia uma mensagem clara: era urgente evitar o faccionalismo e buscar a moderação; caso contrário, a verdade e a certeza sumiriam, comprometendo os avanços históricos de longuíssima duração nas finanças, no militarismo, no comércio, nos costumes e nas artes (Hume, 1983d, p. 534).

O segundo nível das teorizações de Hume compreende não uma dimensão metafísica, mas uma epistemológica, descrita fundamentalmente na primeira seção deste artigo. Essas reflexões, identificáveis principalmente nas partes supracitadas do *Tratado*, das *Investigações* e dos *Ensaio*s, preocupavam-se com problemas concernentes à natureza, lógica e racionalidade do conhecimento histórico. Há nelas, quando analisadas em conjunto, uma inquietação em avaliar o estatuto epistemológico da história e seu modelo explicativo. Como se salientou, essas ponderações são sobre temas tão diversos quanto: a justificação e a função do conhecimento histórico; a natureza da evidência histórica e sua coadunabilidade com a experiência; a relação entre probabilidade e certeza na análise das fontes e dos testemunhos; a possibilidade ou não de reencenação da racionalidade dos agentes históricos; a imparcialidade e a parcialidade de atores do passado e do historiador; e, uma temática ainda polêmica em muitas culturas históricas de meados do século XVIII, o questionamento da validade de testemunhos miraculosos como fonte para a historiografia. Assim,

a complexidade das reflexões de Hume sobre história justifica sua classificação como um teórico da história¹⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A COMENSURABILIDADE ENTRE FILOSOFIA E HISTÓRIA NO PENSAMENTO DE HUME

É habitual a quem adentra o vasto universo dos multitemáticos textos de David Hume deparar-se imediatamente com seu sintético relato autobiográfico, *My Own Life*, o qual foi largamente reproduzido em diferentes edições impressas de suas obras. Produzido em abril de 1776, quatro meses antes da morte de seu autor, o escrito que conta o que Hume reputara terem sido os principais eventos de sua vida intelectual e profissional. Apesar da concisão e das múltiplas inserções e excisões do manuscrito original até sua publicação em 1777 — cuidadosamente estudadas por Liz Stanley (2006, p. 9) —, *My Own Life* apresenta elementos importantes para estudos dos trabalhos filosóficos e históricos de Hume. Concebido para servir de paratexto a uma coletânea setecentista de escritos de Hume, a curta narrativa contribuiu para a percepção errônea — reproduzida por gerações de estudiosos da obra humeana — de que o filósofo e historiador jamais refletira densa e formalmente sobre história antes da publicação do primeiro volume de sua *História da Inglaterra*, sob o título de *História da Grã-Bretanha*, em 1754.

Nesse sentido, o presente artigo se junta ao conjunto de estudos que, já há algumas décadas, tem olhado para a multiplicidade no desenvolvimento das ideias de Hume desde o início de sua carreira, ressaltando a proeminência de seu lado histórico. Aqui, não se entendem os *Ensaio*s de cariz mais histórico e a *História da Inglaterra* como meras aplicações de elementos previamente elaborados por Hume, mas sim como desdobramentos de sua maneira de conceber a história, tanto como forma de conhecimento quanto como processo. Como foi insistido nas páginas anteriores, Hume desde muito cedo em sua carreira apreciou a fundamentalidade da historiografia para a época em que viveu (Spencer, 2013, p. 1). Além disso, suas análises — principalmente as históricas —, que viajaram o mundo nos mais variados formatos impressos e registros críticos e elogiosos de leitores de Hume da segunda metade do século XVIII e do início do XIX, mostram o quão conhecidas suas ideias e seu estilo narrativo se tornaram (Towsey, 2013, p. 81-82). Se hoje é o Hume filósofo que costumeiramente atrai a atenção do público que o lê, a situação era bem diferente na segunda metade dos anos 1700. Como Mark Spencer (2013, p. 1) revela, o catálogo da *British Library* há muito distingue

David Hume, o filósofo, de David Hume, o historiador. Essa diferenciação é definitivamente resultado do reconhecimento da importância do conjunto de observações propostas por aquele que tem sido crescentemente compreendido por estudiosos da história das ideias na época moderna como um dos principais historiadores do vasto mundo de língua inglesa setecentista.

REFERÊNCIAS

AHLSKOG, Jonas. *The Primacy of Method in Historical Research*. London: Routledge, 2021.

ALBIERI, Sara. David Hume: filósofo e historiador. *Revista Mediações*, Londrina, v. 9, n. 2, p. 19-36, 2004. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9022>. Acesso em: 7 set. 2024.

ARAÚJO, André de Melo; DUARTE, João de Azevedo e Dias. O Iluminismo. In: ARAÚJO, André de Melo et al. *A Época moderna*. Petrópolis: Vozes, 2024. p. 501–521.

ASSIS, Arthur Alfaix. Alexandre Herculano entre a parcialidade e a imparcialidade. *História da Historiografia*, Mariana, v. 13, n. 32, p. 289-329, 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1525>. Acesso em: 7 set. 2024.

ASSIS, Arthur Alfaix. Historia cum ira: Alexandre Herculano and the Virtues of Engaged Objectivity. *History of the Human Sciences*, London, v. 18, p. 1-24., 2025. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/09526951241310838>. Acesso em: 9 mar. 2025.

ASSIS, Arthur Alfaix. *Plural Pasts: historiography between events and structures*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

BERGER, Stefan. Fathers and their fate in modern european national historiographies. *Storia Della Stotiografia*, Rome, n. 59/60, p. 228-247, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355186605_'Fathers'_and_Their_Fate_in_Modern_European_National_Historiographies. Acesso em: 7 set. 2024.

BAUMSTARK, Moritz. *David Hume: the making of a philosophical historian: a reconsideration*. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Edimburgo, Edimburgo, 2007.

BAUMSTARK, Moritz. Hume's Readings of the Classics at Ninewells. *Journal of Scottish Philosophy*, Edinburgh, v. 8, n. 1, p. 63-77, 2010. Disponível em: <https://www.euppublishing.com/doi/abs/10.3366/E1479665109000517>. Acesso em: 7 set. 2024.

DAMATER, Tamás. Morals before objectivity: on the relation of moral cognition and moral philosophy in Hume. In: MURPHY, Kathryn; TRANINGER, Anita. *The Emergency of Impartiality*. Leiden: Brill, 2014. p. 335–360.

DANTO, Arthur. *Analytical philosophy of history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

DESCARTES, René. *Princípios da filosofia*. Lisboa: Edições 70, 1997.

EDELSTEIN, Dan. *The enlightenment: a genealogy*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

FARIA, Pedro. David Hume, the Académie des Inscriptions, and the Nature of Historical Evidence in the Early Eighteenth Century. *Modern Intellectual History*, Cambridge, v. 18, n. 2, p. 299-322, 2021a. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1479244319000404>. Acesso em: 4 set. 2024

FARIA, Pedro. *History, moral philosophy, and social theory in David Hume's intellectual development (1739-1752)*. 2021b. Tese (Doutorado Em História) - Hughes Hall, Universidade de Cambridge, Cambridge, 2021b.

FILLION, Réal. Philosophy of history: speculative approaches. *Bloomsbury History: Theory and Method Articles*, London, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5040/9781350970809.002>.

FRANCHINA, Miriam. *Paul Rapin Thoyras and the Art of Eighteenth-Century Historiography*. Liverpool: Voltaire Foundation, 2021.

HOLTHOON, Frederic. L. van. Hume and the 1763 edition of his History of England: his frame of mind as a revisionist. *Hume Studies*, Portland, v. 23, n. 1, p. 133-152, 1997. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/382989?ref=rc>. Acesso em: 4 set. 2024.

HARRIS, James A. *Hume: an intellectual biography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

HICKS, Philip. *Neoclassical history and english culture: from clarendon to Hume*. New York: St. Martin's Press, 1996.

HUME, David. *A treatise of human nature: a critical edition*. Oxford: Oxford University Press, 2007. v. 1 texts.

HUME, David. *Essays, moral, political, and literary*. Indianapolis: Liberty Classics, 1987.

HUME, David. *The History of England: from the invasion of Julius Caesar to the revolution of 1688*. Indianapolis: Liberty Fund, 1983a. v. 1.

HUME, David. *The History of England: from the invasion of Julius Caesar to the revolution of 1688*. Indianapolis: Liberty Fund, 1983b. v. 4.

HUME, David. *The History of England: from the invasion of Julius Caesar to the revolution of 1688*. Indianapolis: Liberty Fund, 1983c. v. 5.

HUME, David. *The History of England: from the invasion of Julius Caesar to the revolution of 1688*. Indianapolis: Liberty Fund, 1983d. v. 6.

HUME, David. *The letters of David Hume*. Oxford: Clarendon Press, 1954. v. 1.

LORENZ, Chris. History and theory. In: SCHNEIDER, Axel; WOOLF, Daniel (ed.). *The Oxford History of Historical Writing*. Oxford: Oxford University Press, 2011. v. 5 Historical Writing since 1945, p. 13-35.

MURPHY, Kathryn; TRANINGER, Anita. *The emergency of impartiality*. Leiden: Brill, 2014.

MOSSNER, Ernest Campbell. *The life of David Hume*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

PAUL, Herman. *Key issues in Historical Theory*. London: Routledge, 2015.

PERINETTI, Dario. Hume at La Flèche: skepticism and the French connection. *Journal of the History of Philosophy*, Berkeley, v. 56, n. 1, p. 47-48, 2018. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/684006>. Acesso em: 4 set. 2024.

PHILLIPS, Mark Salber. *On historical distance*. New Haven: Yale University Press, 2013.

PHILLIPS, Mark Salber. *Society and sentiment: genres of historical writing in Britain (1740-1820)*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

PHILLIPSON, Nicholas. *David Hume: philosopher as historian*. New Haven: Yale University Press, 2011.

PITTOCK, Murray. Historiography. In: BROADIE, Alexander (ed.). *The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 258-279.

POPKIN, Richard H. David Hume. In: POPKIN, Richard. H. (ed.). *The Columbia History of Western Philosophy*. New York: Columbia University Press, 1999. p. 454-461.

REILL, Peter Hans. *The German Enlightenment and the Rise of Historicism*. Los Angeles: University of California Press, 1975.

SCHMIDT, Claudia M. *David Hume: reason in History*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2013a.

SCHMIDT, Claudia M. David Hume as a Philosopher of History. In: SPENCER, Mark G. (ed.). *David Hume: historical thinker, historical writer*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2013b. p. 163-180.

SPENCER, Mark G. (ed.). *David Hume: historical thinker, historical writer*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2013.

SPENCER, Mark G. The Composition, Reception, and Early Influence of Hume's Essays and Enquiry Concerning the Principals of Morals. In: COVENRTY, Angela; VALLS, Andrew. *David Hume on Morals, Politics, and Society*. New Haven: Yale University Press, 2018. p. 241-264.

STANLEY, Liz. The writing of David Hume's "My Own Life": the persona of the Philosopher and Philosopher Manqué. *Auto/Biography*, [s. l.], v. 14, p. 1-19, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1177/0967550706ab0510a>

SULLIVAN, M. G. Rapin, Hume, and the Identity of the Historian of Eighteenth-Century Scotland. *History of European Ideas*, Oxford, v. 28, n. 3, p. 145-162, 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0191659902000244>. Acesso em: 5 set. 2024.

TOWSEY, Mark. *Reading History in Britain and America c. 1750-c. 1840*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

TOWSEY, Mark. *Reading the Scottish Enlightenment: Books and their readers in provincial Scotland*. London: Brill, 2010

TOWSEY, Mark. The Book Seemed to Sink into Oblivion: Reading Hume's History in Eighteenth-Century Scotland. In: SPENCER, Mark G (ed.). *David Hume: historical thinker, historical writer*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2013, p. 81-102.

WERTZ, Spencer K. *Between Hume's philosophy and history: historical theory and practice*. Lanham: University Press of America, 2000.

WRIGHT, John P. Dr. George Cheyne, Chevalier Ramsay, and Hume's letter to a physician. *Hume Studies*, Portland, v. 29, n. 1, p. 125-141, 2003. Disponível em: https://web.archive.org/web/20160824033310id_/http://www.humesociety.org:80/hs/issues/v29n1/wright/wright-v29n1.pdf. Acesso em 4 set. 2024.

NOTAS

¹ Doutor em História. Universidade de Brasília, UnB. Historiador e professor de teoria e filosofia da história do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2548-9212>. E-mail: pedro.eduardo@unb.br

² Na carta acima referenciada, Hume se refere ao que foi aqui livremente traduzido como “uma nova dimensão do pensamento” por meio do uso da expressão “a new scene of thought”.

³ Dentro da ampla historiografia acerca do Iluminismo, existem discussões referentes ao uso da forma singular “Iluminismo” ou do plural “Iluminismos”. Em adesão ao proposto por André de Melo Araújo e João Duarte, este artigo privilegia o uso da forma singular e entende o Iluminismo como um projeto político e intelectual comprometido com o esclarecimento, “isto é, com a emancipação individual e coletiva por meio da difusão do espírito crítico e dos conhecimentos” (Araújo; Duarte, 2024, p. 516).

⁴ Os termos originais empregados por Hume (1987, p. 381) em *Of the Populousness of Ancient Nations* são “enquiry concerning facts” e “enquiry concerning causes”.

⁵ Tradução livre do autor. “You know there is no post of honour in the English Parnassus more vacant than that of History. Style, judgment, impartiality, care — everything is wanting to our historians; and even Rapin, during this latter period, is extremely deficient”.

⁶ A história editorial da *História da Inglaterra* é complexa, longa e intrincada. O trabalho foi objeto de múltiplas inserções e excisões feitas pelo autor em vida e muitas outras realizadas postumamente. Enquanto vivo, Hume viu o trabalho ser expandido para 8 volumes e depois voltar para o formato original após uma intensa barganha com seus editores. Um dos maiores esforços de detalhamento desse processo foi feito por F. L. van Holthoorn; Cf. Holthoorn, F. L. (1997).

⁷ Diz-se que Hume se dedicou quase exclusivamente à *História* a partir da década de 1750 porque esse foi o trabalho que passou a ocupar a maior parte de seu tempo desde então. Contudo, é importante destacar que foi na década de 1750 que ele fez importantes revisões em suas duas *Investigações* e escreveu e publicou sua *História Natural da Religião* (Cf. Harris, 2015, p. 216-231, 250-264, 352-360).

⁸ A história filosófica é o gênero historiográfico *per se* da vertente escocesa do Iluminismo (Phillips, 2000, p. 47; Towsey, 2010, p. 40). As demandas por histórias eloquentes eram comuns no século XVIII e vinham tanto de leitores comuns quanto de agentes culturais envolvidos na tradução de manuscritos para livro (Hicks, 1996, p. 14-22).

⁹ Rapin foi o escritor a quem Hume mais desejou se opor. Fosse por seu estilo, considerado por Hume como excessivamente parcial, ou por sua apresentação, que Hume considerava excessivamente detalhada e entediante (Cf. Franchina, 2021; Sullivan, 2002). Além disso, uma nota de rodapé no volume 6 da *História da Inglaterra* expande a lista de historiadores a quem Hume se opunha (Cf. Hume, 1983d, p. 533).

¹⁰ Para Hume (2007, p. 381), as coisas às quais tendemos a ser indiferentes são aquelas que estão mais longe de nós e da nossa constituição pessoal. Em sua visão, tendemos a ser muito parciais em relação a nós e àquilo em que acreditamos.

¹¹ Assis (2025, p. 2) mostra-nos que as formas pelas quais a objetividade e a imparcialidade têm sido reivindicadas e rechaçadas por historiadores e seus críticos desde o final do século XVIII revelam que tais termos contêm múltiplas

camadas semânticas e têm tido usos distintos ao longo do tempo. Na obra de Hume, produzida em uma época anterior à ampla recepção da filosofia de Kant na Inglaterra, o termo objetividade não é relevante para caracterizar os juízos e opiniões do autor sobre o passado por ele tematizado. Para nós, em diálogo com Assis (2020, 2025) e Murphy e Traninger (2014, p. 4), Hume mobiliza formas engajadas de imparcialidade.

12 Vale destacar que há alguns trabalhos que reconhecem a importância das considerações de Hume sobre a história e muitos deles são referenciados na bibliografia ao final deste texto. Porém, mesmo estes, em sua ampla maioria, são pouco reconhecedores da amplitude das reflexões teóricas de Hume sobre a história. As principais exceções são: Spencer K. Wertz (2000), Moritz Baumstark (2007), Claudia M. Schmidt (2013a, 2013b), Mark G. Spencer (2013) e Pedro Faria (2021a, 2021b).

13 Arthur Danto (1985) propôs uma distinção entre “o todo da história” [*the whole of history*] e “o todo do passado” [*the whole of the past*]. Para Danto, o todo da história seria mais abrangente que o todo do passado já que cobriria também o futuro histórico; ou seja, “o todo do tempo” [*the whole of time*]. Para Danto (1985, p. 1-4), o que caracterizava as filosofias substantivas da história era a preocupação em descobrir uma teoria que desse conta do todo da história.

14 Tradução livre do autor: “...two names so sacred in the English constitution as those of King and Parliament...” (Hume, 1983c, p. 386).

15 Neste artigo optou-se pelo uso do termo “teórico da história”, ao invés de “filósofo da história”, para se referir às reflexões de Hume. Aqui, argumenta-se que Hume propõe uma abrangente e sofisticada teoria do conhecimento histórico que se dá em dois níveis, um metafísico e outro epistemológico. Nesse sentido, a noção de “teoria da história”, aqui privilegiada, está próxima daquela defendida por Lorenz (2011, p. 14-15), a qual não inclui somente a dimensão epistemológica e metodológica do conhecimento. Se quiséssemos nos aproximar da tradição anglo-saxã, seria possível optarmos pelo uso de filosofia da história no lugar de teoria da história e sinalizar que Hume apresenta um conjunto de reflexões teórico-filosóficas que se desdobram em uma abordagem especulativa (ou substantiva) e outra crítica (ou analítica). Há muitos trabalhos que resumem as problemáticas em torno de tais distinções (Cf. Ahlskog, 2021, p. 27-29; Fillion, 2021, p. 1-2; Paul, 2015, p. 2-6).